



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAPEROA/PB

Processo n.º 08000298020198150091

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **KECIA KAROLINE BASILIO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

**Observe Exa., que a parte autora não acostou boletim de primeiro atendimento médico na data do alegado acidente, tendo em vista que o acidente ocorreu na manhã do dia 06/11/2016.**

**Verifica-se que a documentação médica acostada não é da data do acidente e indica internação a partir de 07/11/2016, e não informa que o procedimento se deu em decorrência de acidente de trânsito, bem como não indica lesão no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO do autor.**

Assim, não há nos fólios nenhum documento comprobatório do comparecimento da vítima a quaisquer unidades de atendimento médico, seja um prontuário ou, registro de atendimento, constando que a mesma tenha sido atendida em qualquer unidade de socorro ou pronto atendimento.

Em outras palavras, não se tem a certeza necessária de quais lesões apuradas no exame pericial guardam relação com o sinistro noticiado no boletim de ocorrência, sendo, patente, nesta hipótese, a ocorrência de ausência do nexo de causalidade.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o boletim de atendimento médico apresentado, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TAPEROA, 22 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**